



CAMPO ABERTO

Gisele Loeblein
gisele.loeblein@zerohora.com.br
zhora.co/giseleloeblein
3218-4709

PARA O ARROZ NÃO COZINHAR NA PRESSÃO

A negociação acertada com o Banco do Brasil para postergar o vencimento das duas primeiras parcelas das linhas de custeio da safra passada vale para agricultores de todas as culturas. E para os produtores de arroz, no entanto, que a notícia promete ter impacto maior.

Sem liberação de dinheiro para o pré-custeio, com custos em alta, mercado estagnado e preços em queda – de fevereiro para cá, caiu 8% o valor pago pela saca –, o arrozeiro acabou ficando em situação financeira complicada. Há cerca de 20 dias, a Federação da Agricultura do Estado (Farsul) e a Federarroz deram início às negociações para a solicitação da prorrogação – o combinado era de que as manifestações sobre o assunto, no entanto, só ocorreriam após do anúncio do Plano Safra.

Tendo passado pelo crivo dos ministérios da Agricultura e da Fazenda, além da superintendência do BB, ontem se confirmou que o pagamento das parcelas a vencer em julho e agosto poderá ser postergado para novembro e dezembro, com juro de 6,5%.

– Com esse remanejamento de datas, o produtor terá tempo hábil de

comercialização – avalia Carlos Sperotto, presidente da Farsul.

Em outras palavras, a avaliação é de que, sem a pressão de ter de vender o produto para poder ficar com as contas em dia, o produtor consegue fazer melhores negócios.

– É um momento que inspira cuidados. A perda da liquidez do arroz, as indústrias com restrição de crédito e essa lacuna deixada pela falta de recursos do pré-custeio trouxeram um desequilíbrio – pondera Henrique Dornelles, presidente da Federarroz.

As duas entidades, no entanto, rechaçam o rótulo dado por movimento realizado na última sexta-feira em Cachoeira do Sul, de que há uma falência das lavouras.

– Não precisamos de muita coisa para que o mercado mude – estima Francisco Schardong, presidente da Câmara Setorial do Arroz.

Além da prorrogação do vencimento, também foi negociada a liberação de R\$ 220 milhões para a comercialização – a juro de 6,5% – e a reprogramação do pagamento da renegociação da dívida.

Agora, as entidades seguem as negociações com os demais bancos. No Estado, o BB responde por cerca de 70% das contratações do crédito agrícola.

A CAMINHO DE MINAS

Grande campeã da raça holandesa da 38ª Expoleite e destaque do leilão da feira, ao ser arrematada por R\$ 105 mil, a vaca C. Santa Clara Leticia 16975 Sabrina Sid já está a caminho da nova casa. A fêmea, do plantel de Eloi e Beatris Gallina, de Carlos Barbosa, foi embarcada ontem rumo à propriedade do comprador, que fica em Minas Gerais.

– É uma vaca de família com qualidade genética muito boa. E

ganhou o campeonato – explica Eloi, sobre a valorização no leilão.

O negócio renderá investimentos para os Gallina, que são associados da Santa Clara. Eles vão instalar nova sala de ordenha, completando projeto de novo confinamento para os animais.

– Vou modernizar para facilitar o trabalho e dar mais conforto – completa o produtor.

A Santa Clara tem 23.737 animais registrados com seu afixo no RS.



COP/STRENGTH REPORT/REUTERS



LUIZ ROCHA/REUTERS

Entre os quatro Estados que integram o Codesul, um não vacina contra a febre aftosa (SC), outro tem intenção de retirar (PR) ainda neste ano e dois seguem com a imunização (RS e MS). As experiências de cada um e o raio X da defesa desses Estados foram divididos ontem em reunião do conselho na Capital.

O Paraná encaminhou ao Ministério da Agricultura a solicitação para deixar de imunizar o rebanho. Se isso ocorrer, já não realiza a segunda etapa

COM OU SEM VACINA

da vacinação, em novembro.

– No momento, o cenário é positivo, trabalhamos com a possibilidade da retirada – diz Inácio Kroetz, diretor-presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná.

No dia 2, o governo paranaense nomeou 169 novos servidores para reforçar o quadro da agência.

O Codesul elaborará um diagnóstico da realidade dos Estados, com foco na questão da febre aftosa. O documento deve ficar pronto até o final de agosto.

EMATER AINDA MOBILIZADA

Mesmo com a filantropia em mãos para o período de 2014 a 2017, a Emater segue mobilizada. É que a nova decisão do Ministério do Desenvolvimento Social criou novo passivo, do período anterior a 2014, não coberto pela certificação.

Hoje, o presidente da entidade, Clair Kuhn, e o advogado Rodrigo Dalcin têm reunião na pasta para, entre outras coisas, entender a decisão. Da reunião com a ministra Regina Helena Costa, do STJ, ontem, o grupo saiu animado.

– Ela tem ampla experiência nessa questão de imunidade – avalia Dalcin.

As exportações de soja brasileira deverão crescer 6% neste ano, chegando a

48,5 milhões

de toneladas, segundo estimativa da Safras & Mercado. Para o esmagamento, a projeção é de igual percentual de avanço, chegando a 39,15 milhões de toneladas.

NA ROTA DE BRASÍLIA

Para exercitar o bom e velho direito da pressão, o Sindilat estará hoje em Brasília, reforçando a importância para o setor da sanção da medida provisória que aumenta as alíquotas de PIS/Pasep e de Cofins – para 2,1% e 9,65% – na importação de produtos lácteos.

– Acabamos perdendo espaço para o produto importado, que entra no país com fortes subsídios fiscais – entende Alexandre Guerra, presidente do Sindilat.

A comitiva, com representantes da Câmara Técnica do Leite da Ocegs, da Fetag-RS e da OCB, tem encontro com o vice-presidente Michel Temer e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias.